SUMÁRIO

PARTE I
TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I
MEIOS DE IMPUGNAÇÃO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E DIREITO INTERTEMPORAL 35
1. Meios de impugnação 35
2. Conceito de recurso 35
3. Classificação 36
   3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso 36
   3.2. Quanto à fundamentação 37
   3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada 37
   3.4. Quanto à independência 38
      3.4.1. Recurso adesivo (subordinado) 38
         3.4.1.1. Requisitos 39
   3.5. Resumo das classificações 41
4. Direito intertemporal 41
   4.1. Lei nº 13.467/17 (Reforma trabalhista) 43
   4.2. Ação rescisória 44
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo 44

CAPÍTULO II
PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PASSÍVEIS DE RECURSO 45
1. Sentença 45
   1.1. Conceito 45
   1.2. Requisitos 46
      1.2.1. Fundamentação 48
         1.2.1.1. Fundamentação *per relationem* 53
   1.3. Classificação 55
   1.4. Recorribilidade 56
2. Decisão interlocutória 56
   2.1. Recorribilidade 57
      2.1.1. Julgamento Antecipado 58
         2.1.1.1. Julgamento Antecipado Total 58
         2.1.1.2. Julgamento antecipado parcial do mérito 58
      2.1.2. Natureza da decisão que reconhece a incompetência e recorribilidade 60

2.1.3. Natureza da decisão que rejeita a exceção de pré-executividade 61
2.1.4. Impugnação das decisões interlocutórias nas contrarrazões 63
3. Acórdão 65
3.1. Recorribilidade 65
4. Despacho 65
4.1. Recorribilidade 66
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo 66

CAPÍTULO III
PRINCÍPIOS RECURSAIS 67
1. Princípio do duplo grau de jurisdição 67
2. Princípio da taxatividade (tipicidade) 67
3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade) 68
4. Princípio da consumação 68
5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade) 69
6. Princípio da dialeticidade 72
6.1. Motivação secundária e impertinente 74
6.2. Princípio da dialeticidade no recurso ordinário 76
7. Princípio da voluntariedade 78
8. Princípio da proibição da *reformatio in pejus* 78
9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias 78
10. Princípio da primazia da decisão de mérito 84
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 85
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo 87
12.1. Princípio da fungibilidade 87
12.2. Princípio da dialeticidade 87
12.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões 88

CAPÍTULO IV
JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 89
1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito 89
1.1. Juízo de admissibilidade no recurso de revista 92
1.1.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN nº 40 do TST) 92
1.1.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial 93
1.1.1.2. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e omisso em um único recurso de revista 94
1.1.1.3. Observações sobre a Instrução Normativa nº 40 do TST 95
1.1.2. Juízo de admissibilidade negativo do recurso de revista quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência 97
1.1.2.1. Juízo de admissibilidade negativo no recurso de revista quando alguns capítulos do recurso estão pacificados no TST e outros não 97
1.1.3. Juízo de admissibilidade negativo do recurso de revista quando envolver precedente obrigatório do STF 98
1.2. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade 99

2. Súmula do TST e orientação jurisprudencial relacionadas ao capítulo..... 100
2.1. Juízo de admissibilidade..... 100

CAPÍTULO V
PRESSUPOSTOS RECURSAIS..... 101
1. Introdução..... 101
2. Cabimento..... 102
3. Legitimidade para recorrer..... 102
3.1. Partes..... 103
3.1.1. Recurso interposto por somente um litisconsorte..... 103
3.1.2. União quanto às contribuições previdenciárias..... 104
3.1.3. Autarquias e fundações..... 105
3.1.4. Serventuários eventuais da justiça..... 108
3.1.5. Testemunha no caso de aplicação da multa do art. 793-D da CLT..... 109
3.1.6. Advogado..... 112
3.1.7. *Amicus curiae*..... 112
3.2. Terceiro prejudicado..... 114
3.3. Ministério Público..... 115
4. Interesse em recorrer..... 118
4.1. Interesse recursal na extinção do processo sem resolução do mérito..... 119
4.2. Interesse recursal na cumulação de pedidos..... 119
4.3. Interesse recursal na improcedência dos pedidos..... 120
5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer..... 121
5.1. Aceitação da decisão..... 121
5.2. Renúncia..... 122
5.3. Desistência..... 122
5.3.1. Desistência de recurso paradigma em julgamento de revista repetitivo e de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida..... 123
6. Tempestividade..... 124
6.1. Intempestividade..... 126
6.2. Momento de comprovação da tempestividade..... 126
6.3. Intempestividade conhecida de ofício em recurso posterior..... 132
6.4. Princípios dos prazos processuais..... 132
6.5. Contagem dos prazos recursais..... 132
6.5.1. Contagem dos prazos em dias úteis..... 134
6.5.1.1. Direito intertemporal..... 134
6.5.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento..... 136
6.5.2.1. Início da contagem quando o juiz não sentencia na data marcada para a audiência de julgamento..... 138
6.5.3. Início da contagem do prazo recursal para o Ministério Público do Trabalho..... 141
6.5.4. Início da contagem para recorrer da multa aplicada à testemunha..... 141
6.5.5. Contagem dos prazos recursais no processo eletrônico..... 142
6.5.6. Contagem do período para apresentação dos originais no recurso interposto via fac-símile..... 143
6.5.7. Interrupção e suspensão dos prazos recursais..... 144

6.5.7.1. Recesso forense 146
6.6. Prorrogação do prazo recursal no caso de indisponibilidade do sistema ... 149
6.6.1. Comprovação da indisponibilidade do sistema 150
6.7. Prazos recursais diferenciados 151
6.7.1. Prazo diferenciado das contrarrazões 152
7. Representação 153
7.1. Condições de validade do mandato 155
7.1.1. Mandato firmado em nome de pessoa jurídica 157
7.2. Cláusula limitativa de poderes no âmbito do TRT 159
7.3. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato 159
7.4. Substabelecimento 162
7.5. Representação por preposto 164
7.6. Representação por estagiário 164
7.7. Representação das pessoas jurídicas de direito público 165
7.7.1. Representação das autarquias e fundações por procuradores do Estado ou município 167
7.7.2. Representação da União para recorrer quanto às contribuições previdenciárias 169
7.8. Revogação do mandato 170
7.9. Irregularidade de representação 171
8. Preparo 173
8.1. Custas processuais 173
8.1.1. Valor das custas processuais 174
8.1.1.1. Fase de conhecimento 174
8.1.1.2. Fase de execução 175
8.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas 176
8.1.3. Momento de pagamento 176
8.1.3.1. Inversão do ônus da sucumbência 177
8.1.3.1.1. Reembolso das custas à parte vencedora .. 178
8.1.3.1.1.1. Reembolso das custas pelo beneficiário da justiça gratuita e pelo Ministério Público do Trabalho 180
8.1.4. Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária 182
8.1.5. Comprovação do pagamento das custas processuais 183
8.1.6. Guia para recolhimento e possibilidade de regularização 183
8.1.7. Comprovante bancário desacompanhado da Guia de Recolhimento da União 184
8.1.8. Comprovante de agendamento bancário 185
8.1.9. Divergência entre os códigos de barras do comprovante de pagamento das custas processuais e da respectiva Guia de Recolhimento da União 186
8.1.10. Recolhimento por pessoa estranha ao processo 186
8.1.11. Diferença no pagamento e complementação das custas 187
8.1.11.1. Ausência de recolhimento das custas processuais e pagamento em dobro 189
8.1.12. Isenção do pagamento das custas 191
8.1.12.1. Beneficiário da justiça gratuita 191

8.1.12.1.1. Pagamento das custas processuais na hipótese de arquivamento pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural 194
8.1.12.1.1.1. Prazo concedido para justificar a ausência na audiência 195
8.1.12.1.1.2. Motivo legalmente justificável 195
8.1.12.1.2. Benefício da justiça gratuita ao empregador 196
8.1.12.1.3. Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita 197
8.1.12.1.4. Rejeição da concessão do benefício da Justiça gratuita e o contraditório prévio ... 199
8.1.12.1.5. Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da Justiça gratuita 201
8.1.12.1.6. Impugnação da decisão que concede o benefício da Justiça, mas impõe o pagamento de honorários periciais e honorários advocatícios 201
8.1.12.1.7. Efeitos da revogação do benefício..... 202
8.1.12.1.8. Revogação de ofício 203
8.1.12.1.9. Reforma da decisão que concede o benefício em sede recursal 204
8.1.12.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista 204
8.1.12.3. Entidades fiscalizadoras do exercício profissional 204
8.1.13. Massa falida, empresas em liquidação extrajudicial e em recuperação judicial..... 205
8.1.14. Recolhimento das custas processuais em caso de litigância de má-fé 206
8.1.14.1. É possível a concessão do benefício da Justiça gratuita ao litigante de má-fé? 208
8.2. Depósito recursal..... 210
8.2.1. Ações que exigem o depósito recursal..... 210
8.2.2. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial..... 211
8.2.2.1. Carta de fiança por instituição não autorizada pelo Banco Central do Brasil 213
8.2.2.2. Prazo para regularização do acréscimo de 30% 214
8.2.2.3. Momento para requerer a substituição do depósito recursal em dinheiro por seguro garantia judicial 215
8.2.3. Sujeitos que devem recolher o depósito recursal..... 216
8.2.4. Valor do depósito recursal..... 217
8.2.4.1. Redução do valor do depósito recursal pela metade.... 219
8.2.5. Depósito na fase de execução 220
8.2.6. Depósito recursal nas condenações solidária e subsidiária..... 221
8.2.6.1. Condenação solidária..... 221
8.2.6.2. Condenação subsidiária 222

8.2.7. Depósito na reclamação plúrima e na substituição processual 223
8.2.8. Depósito recursal de decisão anulada 223
8.2.8.1. Alteração do limite do depósito recursal após interposição do primeiro recurso 224
8.2.9. Depósito recursal no julgamento antecipado parcial de mérito ... 224
8.2.10. Recursos que exigem o depósito recursal 225
8.2.10.1. Depósito recursal no agravo de instrumento 226
8.2.10.2. Depósito recursal em recurso na ação rescisória 227
8.2.11. Prazo para recolhimento e para comprovação do depósito recursal 229
8.2.12. Forma de realização do depósito recursal 230
8.2.13. Preenchimento da guia de depósito judicial e possibilidade de regularização 230
8.1.14. Comprovante bancário desacompanhado da Guia de depósito recursal 233
8.1.15. Comprovante de agendamento bancário 234
8.2.16. Recolhimento por pessoa estranha ao processo 234
8.2.17. Diferença no recolhimento do depósito recursal 235
8.2.18. Correção monetária 237
8.2.19. Liberação do depósito recursal 238
8.2.19.1. Liberação do depósito recursal em execução provisória 239
8.2.20. Dispensa do recolhimento do depósito 240
8.2.20.1. Beneficiário da justiça gratuita 241
8.2.20.2. Entidades filantrópicas 241
8.2.20.3. Empresas em recuperação judicial 242
8.2.20.3.1. Empresas em recuperação judicial na fase de execução 243
8.2.20.4. Massa falida 244
8.2.20.5. Empresa em liquidação extrajudicial 245
8.2.21. Dispensa do depósito recursal nas condenações de honorários advocatícios e honorários periciais 245
9. Regularidade formal 246
9.1. Motivação do recurso 247
9.2. Assinatura 251
10. Teses vinculantes do TST 252
10.1. Tempestividade 252
10.2. Custas processuais 252
10.3. Depósito recursal 253
10.4. Litigância de má-fé 253
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 254
11.1. Legitimidade e interesse para recorrer 254
11.2. Tempestividade 254
11.3. Representação 255
11.4. Custas processuais 256
11.5. Depósito Recursal 258
11.6. Depósito de multa por litigância de má-fé 259
11.7. Regularidade formal 259

12. Informativos do TST relacionados ao capítulo 259
12.1. Momento de análise. Preclusão *pro iudicato* 259
12.2. Cabimento 259
12.2.1. Erro grosseiro 259
12.2.2. Legitimidade 260
12.2.3. Interesse 261
12.2.4. Tempestividade 262
12.2.5. Representação 265
12.2.6. Assinatura digital 267
12.2.7. Preparo 268
12.2.7.1. Custas processuais 268
12.2.7.2. Depósito Recursal 273
12.2.8. Recurso enviado por fac-símile e via e-doc 282
12.2.9. Multa por litigância de má-fé 285
12.2.10. Regularidade formal 285
12.2.11. Juntada de documentos 287

CAPÍTULO VI
EFEITOS RECURSAIS 289
1. Efeito obstativo 289
2. Efeito devolutivo 289
2.1. Extensão do efeito devolutivo 290
2.2. Profundidade do efeito devolutivo 290
2.2.1. Profundidade do efeito devolutivo nos recursos de natureza extraordinária 292
3. Efeito suspensivo 294
3.1. Tutela provisória deferida na sentença e concessão de efeito suspensivo .. 294
4. Efeito translativo 297
4.1. Efeito translativo nos recursos de natureza extraordinária 298
4.2. Pronunciamento *ex officio* da prescrição 301
5. Efeito regressivo 302
6. Efeito expansivo 302
7. Efeito substitutivo 303
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 303
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo 304

CAPÍTULO VII
NULIDADES 307
1. Vícios processuais: classificação 307
2. Princípios das nulidades processuais 307
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo) 308
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão 308
2.2.1. Protesto 310
2.3. Princípio da economia processual 312
2.4. Princípio do interesse 312
2.5. Princípio da utilidade 312
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas 313

2.7. Princípio da primazia da decisão de mérito 313
3. Vícios na decisão 314
3.1. Julgamento *extra petita* 314
3.1.1. Impugnação da decisão *extra petita* 314
3.2. Julgamento *ultra petita* 315
3.2.1. Impugnação da decisão *ultra petita* 315
3.3. Julgamento *citra petita* 315
3.3.1. Impugnação da decisão *citra petita* 317
3.4. Não aplicação do princípio da congruência 320
4. Saneamento de vício em grau recursal 321
4.1. Saneamento ou desconsideração de vício relacionado aos pressupostos recursais 321
4.2. Saneamento de defeitos que atingem os atos do juiz 324

CAPÍTULO VIII
DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS 325
1. Introdução 325
2. Regimento interno dos tribunais 325
3. Competência Originária e Derivada 325
4. Câmaras regionais descentralizadas 326
5. Registro e distribuição 326
6. Prevenção e conexão 327
7. Intervenção do Ministério Público do Trabalho 328
8. Produção de provas nos Tribunais 328
8.1. Juntada de documentos 329
9. Poderes do Relator 330
10. Sessões de Julgamento 334
11. Sustentação oral 335
12. Pedido de vista 337
13. Resultado 338
14. Acórdão 338
14.1. Notas Taquigráficas 339
15. Técnica de Julgamento do art. 942 do CPC/15 340
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo 342

CAPÍTULO IX
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL 343
1. Generalidades 343
2. Majoração dos honorários advocatícios na fase recursal 346
3. Legitimidade para recorrer quanto aos honorários advocatícios 347
4. Pedido implícito 348
5. Condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento dos honorários advocatícios 349
6. Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal 349
7. Teses vinculantes do TST 350
8. Informativos do TST relacionados ao capítulo 351

PARTE II
RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO X
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 357
1. Introdução 357
2. Competência 357
3. Hipóteses de cabimento 357
3.1. Omissão 358
3.2. Contradição 360
3.3. Obscuridade 360
3.4. Manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso 361
3.5. Correção de erros materiais 362
4. Prazo para interposição 362
4.1. Lei nº 13.467/17 – Direito intertemporal 362
5. Pronunciamentos recorríveis 363
5.1. Decisão monocrática do relator 364
5.1.1. Embargos de declaração com objetivo de integrar a decisão monocrática 364
5.1.2. Embargos de declaração com objetivo de modificar a decisão monocrática 366
5.2. Embargos de declaração do juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista 367
6. Obrigatoriedade de interposição dos embargos de declaração 369
7. Embargos de declaração com efeito modificativo 371
7.1. Necessidade de contraditório 371
8. Efeito interruptivo dos embargos de declaração 373
8.1. Efeito interruptivo e o mandado de segurança 373
8.2. Efeito interruptivo e desistência dos embargos 374
8.3. Não produção do efeito interruptivo 375
8.4. Recurso interposto pela parte adversa e o efeito interruptivo 376
9. Efeito suspensivo 377
10. Embargos de declaração protelatórios 377
10.1. Cumulação da multa dos embargos de declaração protelatórios e da litigância de má-fé 380
11. Embargos de declaração de decisão embargada 381
12. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios 382
13. Recurso principal e embargos de declaração interpostos simultaneamente 383
14. Procedimento 383
15. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 384
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo 385

CAPÍTULO XI
RECURSO ORDINÁRIO 391
1. Introdução 391
2. Hipóteses de cabimento 391
2.1. Recurso ordinário de sentença 392

2.1.1. Impugnação dos critérios de liquidação ou os valores expressamente fixados na sentença líquida 393
2.1.2. Recurso ordinário quando o juiz não homologa acordo extrajudicial 395
2.1.2.1. Impugnação da sentença que homologa o acordo extrajudicial 396
2.2. Recurso ordinário de acórdão do TRT 397
2.3. Recurso ordinário de decisão interlocutória 398
2.3.1. Julgamento antecipado parcial de mérito 399
3. Juízo de retratação 401
4. Novas questões de fato 401
5. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal 402
5.1. Introdução 402
5.2. Sentença que extingue o processo sem resolução do mérito (art. 1.013, § 3º, I) 404
5.3. Sentença que contraria a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II) 404
5.4. Sentença que não analisa pedido (art. 1.013, § 3º, III) 404
5.5. Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV) 405
5.6. Acolhimento de prescrição ou decadência (art. 1.013, § 4º) 406
5.7. Impugnação da decisão que não julga o mérito imediatamente no tribunal 406
6. Procedimento 407
6.1. Procedimento do recurso ordinário no rito sumaríssimo 409
7. Teses vinculantes do TST 410
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 410
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo 410

CAPÍTULO XII
AGRAVO DE PETIÇÃO 415
1. Introdução 415
2. Competência 415
3. Objeto (Decisões Impugnáveis) 416
3.1. Decisão de liquidação 417
3.2. Decisão que rejeita ou acolhe a exceção de pré-executividade 419
3.3. Decisão que acolhe ou não a prescrição intercorrente 420
3.4. Decisão que inclui o devedor no banco nacional de devedores trabalhistas 421
3.5. Decisão que concede ou indefere medidas coercitivas 422
4. Delimitação da matéria e dos valores objetos de discordância 424
5. Efeito 425
6. Preparo 426
6.1. Custas processuais 426
6.2. Depósito recursal 426
6.2.1. Empresas em recuperação judicial 427
7. Agravo de petição na execução provisória 428
8. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica 429
9. Recurso adesivo no agravo de petição 431
10. Esquema 431
11. Procedimento 432

12. Teses vinculantes do TST 434
13. Súmulas do TST relacionadas ao capítulo 434
14. Informativos do TST relacionados ao capítulo 435

CAPÍTULO XIII
RECURSO DE REVISTA 437
1. Introdução 437
2. Reexame de fatos e provas 438
3. Prazo 440
4. Competência 440
5. Decisões suscetíveis de recurso de revista 441
5.1. Acórdão proferido em grau de recurso ordinário 441
5.2. Acórdão proferido em agravo de petição 441
5.2.1. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica 441
5.2.2. Prescrição intercorrente 443
5.3. Acórdão de competência originária do TRT 444
5.4. Acórdão proferido em agravo de instrumento 445
5.5. Acórdão com natureza de decisão interlocutória 447
5.6. Decisão monocrática 447
5.7. Acórdão proferido em agravo interno e agravo regimental 448
5.8. Acórdão proferido em reexame necessário 449
6. Hipóteses de cabimento 449
7. Pressupostos específicos de admissibilidade 452
7.1. Divergência jurisprudencial 453
7.1.1. Conceito 453
7.1.2. Cabimento 454
7.1.2.1. Divergência deve ser na interpretação de lei federal (alínea a) 455
7.1.2.2. Divergência na interpretação de norma estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa e regulamento de empresa 456
7.1.2.3. Divergência entre tribunais regionais diferentes 458
7.1.2.4. Recurso de revista quando contrariar decisões da SDI (I ou II), decisões do Pleno do TST no recurso de revista repetitivo e precedentes normativos 459
7.1.2.5. Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial 459
7.1.2.5.1. Teses firmadas nos recursos repetitivos, assunção de competência e resolução de demanda repetitivas 460
7.1.2.5.2. Decisão impugnada em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial 460
7.1.2.5.3. Divergência com súmula ou IRDR de outro TRT 461
7.1.2.5.4. Demonstração analítica 462
7.1.2.6. Decisões que não servem para legitimar a divergência no recurso de revista 463
7.1.2.7. Esquema do cabimento do recurso de revista por divergência 463

7.1.3. Divergência atual 463
7.1.4. Abrangência parcial da divergência 464
7.1.5. Comprovação da divergência 466
7.1.6. Incidente de uniformização 470
7.1.6.1. Generalidades 470
7.1.6.2. Deveres dos Tribunais 472
7.2. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal 473
7.2.1. Introdução 473
7.2.2. Conceito de dispositivo de lei e norma constitucional 474
7.2.3. Indicação do dispositivo violado 475
7.2.3.1. Violação frontal do dispositivo indicado como violado 476
7.2.4. Demonstração analítica do dispositivo violado 476
7.2.5. Interpretação razoável de dispositivo 477
7.2.6. Violação reflexa da norma constitucional 478
7.3. Prequestionamento 479
7.3.1. Conceito 479
7.3.2. Tese explícita 480
7.3.2.1. Motivação *per relationem* 482
7.3.3. Exigência de prequestionamento em matéria de ordem pública 484
7.3.4. Violação nascida na própria decisão recorrida 487
7.3.5. Obrigatoriedade de oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento 488
7.3.5.1. Necessidade de invocação da matéria no recurso principal 489
7.3.6. Prequestionamento ficto 491
7.3.7. Omissão no acórdão regional quanto à matéria fática 493
7.3.8. Voto vencido para fins de prequestionamento 495
7.3.9. Dever de o recorrente transcrever o trecho prequestionado 496
7.4. Transcendência 498
7.4.1. Generalidades 498
7.4.2. Repercussão geral e relevância da questão de direito federal infraconstitucional 499
7.4.2.1. A relevância da questão de direito federal infraconstitucional 501
7.4.3. Indicadores de transcendência 504
7.4.3.1. Critério econômico 505
7.4.3.2. Critério político 507
7.4.3.3. Critério social 508
7.4.3.4. Critério jurídico 509
7.4.4. Necessidade de alegação e fundamentação da transcendência pelo recorrente 509
7.4.5. Análise da transcendência pelo relator 510
7.4.6. Recurso da decisão do relator 511
7.4.7. Sustentação oral no agravo 511
7.4.8. Fundamentação do agravo não provido 511
7.4.9. Irrecorribilidade do agravo não provido 512
7.4.10. Decisão do relator em agravo de instrumento 513

7.4.11. Análise da transcendência pelo presidente do TRT 515
7.4.12. Direito intertemporal 515
7.4.13. Transcendência e formação de precedentes 516
8. Recurso de revista no rito sumaríssimo 518
9. Recurso de revista na fase de execução 518
9.1. Execução de título extrajudicial 519
9.2. Casos de violação constitucional que autorizam o recurso de revista na execução 520
10. Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista 522
11. Procedimento 523
12. Recurso de revista de causas repetitivas 526
12.1. Introdução 526
12.2. Requisitos 526
12.3. Processamento 527
12.3.1. Competência 527
12.3.2. Proposta de afetação 528
12.3.3. Iniciativa da proposta de afetação 529
12.3.4. Escolha da causa-piloto (processo paradigma) 531
12.3.4.1. Elementos objetivos 531
12.3.4.2. Elementos subjetivos 533
12.3.5. Decisão de afetação 535
12.3.5.1. Delimitação do objeto do incidente 536
12.3.5.2. Justificação dos processos paradigmas escolhidos 537
12.3.5.3. Fixação das diretrizes de participação 537
12.3.5.4. Comunicação dos interessados e da sociedade 538
12.3.5.5. Definição dos processos suspensos 539
12.3.6. Suspensão de outros recursos 539
12.3.6.1. Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso 542
12.3.6.1.1. Impugnação da decisão de suspensão 543
12.3.6.1.2. Preclusão para análise da distinção 543
12.3.7. Instrução 544
12.3.8. Participação dos sujeitos no recurso de revista repetitivo 545
12.3.8.1. Participação da parte da causa-piloto (processo paradigma) 548
12.3.8.2. Participação dos entes coletivos 549
12.3.8.3. Participação e intervenção do Ministério Público do Trabalho 551
12.3.8.4. Participação dos sobrestados 554
12.3.8.4.1. Poderes do sobrestado no recurso repetitivo 559
12.3.8.5. Participação dos ausentes na formação do precedente 559
12.3.8.6. Participação do *amicus curiae* 561
12.3.8.6.1. Elementos necessários para viabilizar a participação do *amicus curiae* no incidente 563
12.3.8.6.2. Poderes do *amicus curiae* 564
12.3.8.6.3. O *amicus curiae* e a participação dos sobrestados e ausentes 565

12.3.8.6.4. Sujeito interessado 566
12.3.8.7. Participação na audiência pública 567
12.3.9. Julgamento 569
12.3.9.1. Efeito do julgamento para os processos sobrestados ... 572
12.3.9.1.1. Contraditório prévio à aplicação da tese ... 575
12.3.9.2. Efeito do julgamento para os processos futuros 576
12.3.10. Rito simplificado para o recurso de revista repetitivo 577
12.3.11. Revisão da tese firmada 579
12.3.12. Banco de dados de casos repetitivos 581
12.3.13. Desistência da ação em curso no primeiro grau 581
12.4. Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos 582
13. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 583
13.1. Prequestionamento 583
13.2. Princípio da fungibilidade 584
13.3. Cabimento 584
13.4. Divergência Jurisprudencial 584
13.5. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal 586
13.6. Recurso de revista no rito sumaríssimo 586
14. Informativos do TST relacionados ao capítulo 587
14.1. Transcendência 592
14.2. Divergência Jurisprudencial 594

CAPÍTULO XIV
EMBARGOS NO TST 597
1. Contextualização 597
2. Embargos infringentes 600
2.1. Introdução 600
2.2. Previsão legal 600
2.3. Prazo 600
2.4. Competência 601
2.5. Requisitos 601
2.6. Decisões suscetíveis de impugnação 601
2.7. Peculiaridades dos pressupostos recursais 602
2.8. Procedimento 602
3. Embargos de divergência (embargos à SDI) 603
3.1. Introdução 603
3.2. Previsão legal 604
3.3. Prazo 604
3.4. Competência 604
3.4.1. Julgamento pelo relator 605
3.5. Hipóteses de cabimento 606
3.6. Pressupostos específicos de admissibilidade 608
3.6.1. Divergência jurisprudencial 608
3.6.1.1. Conceito 608
3.6.1.2. Divergência atual 609
3.6.1.3. Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial 609

3.6.1.3.1. Súmula ou orientação de conteúdo processual 610
3.6.1.4. Abrangência parcial da divergência 612
3.6.1.5. Comprovação da divergência 613
3.6.2. Prequestionamento 617
3.7. Embargos de divergência no rito sumaríssimo 617
3.8. Embargos de divergência na fase executiva 619
3.9. Embargos de divergência de decisão proferida em agravo 621
3.10. Embargos de divergência e recurso extraordinário 629
3.11. Antigo recurso de embargos de nulidade 630
3.12. Procedimento 630
4. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 631
4.1. Recurso de Embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST 631
4.1.1. Cabimento 631
4.1.2. Divergência Jurisprudencial 632
4.1.3. Embargos para a SDI no rito sumaríssimo 634
4.1.4. Embargos para a SDI na fase executiva 634
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo 634

CAPÍTULO XV
AGRAVO DE INSTRUMENTO 649
1. Introdução 649
2. Previsão legal 649
3. Prazo 650
4. Competência 650
5. Hipótese de cabimento 650
5.1. Juízo de admissibilidade parcial 652
6. Natureza da decisão de admissibilidade 653
7. Recursos que podem ser destrancados pelo agravo de instrumento 653
7.1. Agravo em recurso extraordinário 654
7.2. Agravo interno de decisão que denega seguimento ao recurso de revista 654
7.2.1. Agravo interno e agravo de instrumento simultâneos de decisão que denega seguimento ao recurso de revista 657
7.3. Agravo de instrumento de decisão que denega seguimento ao agravo de instrumento 658
8. Pressupostos recursais 660
8.1. Depósito recursal 660
8.2. Formação do instrumento 662
8.2.1. Deficiência no traslado 663
8.2.2. Processo judicial eletrônico e agravo de instrumento no TST 663
8.3. Regularidade formal (fundamentação) 664
8.3.1. Renovação dos fundamentos do recurso trancado 664
8.3.2. Motivação secundária e impertinente 666
9. Efeitos 668
10. Juízo de retratação 668
11. Julgamento do mérito do agravo de instrumento 668
12. Decisão do agravo de instrumento. Recorribilidade 669
12.1. Agravo de instrumento não provido 669

12.2. Decisão do relator que considera ausente a transcendência no agravo de instrumento 669
13. Procedimento 671
14. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 673
15. Informativos do TST relacionados ao capítulo 674

CAPÍTULO XVI
AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL 681
1. Introdução 681
2. Distinção 682
3. Prazo 683
4. Competência 683
5. Decisões impugnáveis 683
5.1. Decisão que denega seguimento ao recurso de revista 684
5.2. Decisão colegiada 686
6. Embargos de declaração recebidos como agravo interno 686
7. Pressupostos recursais 687
7.1. Agravo regimental por instrumento 688
8. Mérito do agravo interno 688
8.1. Mérito do agravo interno que impugna decisão que nega seguimento ao recurso de revista 689
9. Multa 690
9.1. Cumulação da multa do agravo interno com a indenização por litigância de má-fé 692
10. Procedimento 693
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 697
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo 698

CAPÍTULO XVII
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 703
1. Introdução 703
2. Previsão legal 703
3. Prazo 704
4. Competência 704
5. Hipóteses de cabimento 704
5.1. Decisão de última instância 705
5.2. Decisão de única instância 706
5.3. Esquema 707
6. Pressupostos recursais 708
6.1. Repercussão geral 708
6.1.1. Reconhecimento da repercussão geral 709
6.1.2. Não reconhecimento da repercussão geral 710
6.1.3. Intervenção *amicus curiae* 711
6.2. Contrariar dispositivo da Constituição Federal 711
6.3. Prequestionamento 712
7. Efeito 712
8. Procedimento 713
8.1. Recurso Extraordinário Repetitivo 715

CAPÍTULO XVIII
RECURSO DE REVISÃO 719
1. Introdução 719
2. Previsão legal 719
3. Prazo 719
4. Competência 719
5. Hipótese de cabimento 720
6. Pressupostos recursais 720
7. Efeito 720
8. Procedimento 720

PARTE III
ASSUNTOS RELACIONADOS AOS RECURSOS

CAPÍTULO XIX
REMESSA NECESSÁRIA 725
1. Introdução 725
2. Sujeitos 725
3. Natureza jurídica 726
4. Recurso parcial da Fazenda Pública e a remessa necessária 727
5. Decisão submetida ao reexame necessário 728
6. Dispensa do reexame necessário 729
   6.1. Hipóteses do art. 496, §§ 3º e 4º, do CPC 729
   6.2. Ação popular e ação civil pública 732
7. Remessa necessária na ação rescisória 732
8. Remessa necessária no mandado de segurança 733
9. Julgamento monocrático da remessa necessária 735
10. *Reformatio in pejus* 735
11. Remessa necessária e o recurso de revista 736
12. Remessa necessária e a Execução provisória 737
13. Súmula do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo 737
14. Informativo do TST relacionado ao capítulo 738

CAPÍTULO XX
PRECEDENTES JUDICIAIS 739
1. Introdução 739
2. Famílias jurídicas 739
   2.1. *Civil law* (família romano-germânica) 740
   2.2. *Common law* (família anglo-saxônica) 740
   2.3. Aproximação entre o *civil law* e o *common law* 742
3. Precedentes judiciais 742
   3.1. Conceito 742
   3.2. Natureza jurídica dos precedentes judiciais 743
   3.3. Classificação dos precedentes 744
   3.4. Estrutura dos precedentes 744

3.4.1. *Ratio decidendi* ou *holding* 745
3.4.2. *Obter dictum* 747
3.5. Precedente, jurisprudência e súmula 748
3.6. Precedentes judiciais no direito brasileiro 749
3.6.1. Regras e princípios atingidos 749
3.6.2. Rol dos precedentes obrigatórios no CPC/15 749
3.6.2.1. Súmulas 751
3.6.2.1.1. Súmulas anteriores ao CPC/15 753
3.6.2.2. Decisão judicial 754
3.6.3. Deveres gerais dos tribunais 757
3.6.4. Outros efeitos dos precedentes 758
3.6.5. Constitucionalidade dos precedentes obrigatórios no direito brasileiro 760
3.7. Técnicas para utilização dos precedentes 762
3.7.1. *Distinguishing* 762
3.7.2. Superação dos precedentes judiciais 764
3.7.2.1. *Overruling* 765
3.7.2.1.1. Fundamentação 769
3.7.2.1.2. Hipóteses de superação 770
3.7.2.1.2.1. Superveniência de lei nova 771
3.7.2.1.3. Quem pode realizar a superação 771
3.7.2.2. *Signaling* (Sinalização) 773
3.7.2.3. *Overriding* 773
3.7.2.4. Eficácia temporal na superação do precedente 774
4. Aplicação da teoria dos precedentes judiciais no processo do trabalho 775
4.1. Omissão na CLT 777
4.2. Compatibilidade com o processo do trabalho 777
4.3. Súmulas e enunciados de jurisprudência do TST 780
4.3.1. Criação e alteração 780
4.3.2. Súmulas e outros enunciados dos TRTs 784
4.3.3. Conteúdo das súmulas e outros enunciados 784
5. Ônus de identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção ou superação 786
6. Meios de impugnação da decisão que não aplica ou aplica inadequadamente o precedente obrigatório 786
7. Informativos do TST relacionados ao capítulo 788

CAPÍTULO XXI
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 789
1. Introdução 789
2. Natureza jurídica 790
3. Cabimento e requisitos 791
4. Competência 793
5. Legitimidade 793
5.1. Desistência ou abandono 794
6. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios 795
6.1. Banco de dados de casos repetitivos 795
6.2. *Amicus curiae* e participação de interessados 796
6.3. Intervenção do Ministério Público 797

6.4. Motivação reforçada 797
6.5. Revisão da tese jurídica firmada no incidente 797
7. Microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos (suspensão dos processos) 798
7.1. Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória 799
7.2. Extensão da suspensão 799
7.3. Prazo da suspensão 800
8. Procedimento e julgamento 800
9. Meios de impugnação do julgamento do IRDR 802
9.1. Ação rescisória 804
10. Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas 804
10.1. Natureza Jurídica 804
10.2. Objeto 805
10.3. Legitimidade 806
10.4. Competência 807
10.5. Julgamento 808
10.6. Coisa Julgada 808
11. Informativos do TST relacionados ao capítulo 809

CAPÍTULO XXII
INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 811
1. Introdução 811
2. Cabimento 811
3. Competência 812
4. Legitimidade 813
5. Objetivos 813
6. Requisitos 813
7. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios 814
8. Procedimento 815
9. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência 816
10. Diferenças entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência 817
11. Assunção de competência no TST 818

CAPÍTULO XXIII
RECLAMAÇÃO 821
1. Previsão legal 821
2. Natureza Jurídica 822
3. Cabimento 823
3.1. Preservação da competência do tribunal 823
3.2. Garantia da autoridade das decisões do tribunal 824
3.3. Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante 824
3.4. Garantia da observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade 825
3.5. Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência 826
3.6. Garantia de observância de acórdão em repercussão geral reconhecida ou acórdão em recurso extraordinário repetitivo ou em recurso de revista repetitivo 827

4. Requisitos para utilização da reclamação 828
5. Reclamação como mecanismo de controle dos precedentes obrigatórios 829
6. Reclamação de decisão transitada em julgado 831
7. Reclamação de decisão monocrática e colegiada do TST 831
8. Reclamação e recurso da mesma decisão 832
9. Competência 833
10. Legitimidade 833
11. Prazo 833
12. Procedimento 834
13. Recurso da decisão da reclamação 835
14. Informativos do TST relacionados ao capítulo 835

CAPÍTULO XXIV
RECLAMAÇÃO CORREICIONAL 839
1. Introdução 839
2. Previsão 839
3. Prazo 839
4. Competência 839
5. Requisitos 840
6. Hipóteses de cabimento 840
7. Procedimento 840
8. Informativo relacionado ao capítulo 841

PARTE IV
PRÁTICA RECURSAL

1. Introdução 845
2. Embargos de declaração 846
   2.1. Embargos de declaração da sentença 846
      2.1.1. Modelo 846
      2.1.2. Caso prático 849
   2.2. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios 851
      2.2.1. Modelo 851
      2.2.2. Caso prático 853
   2.3. Contrarrazões em embargos de declaração 855
      2.3.1. Modelo 855
      2.3.2. Caso prático 857
3. Recurso ordinário 859
   3.1. Recurso Ordinário de Sentença 859
      3.1.1. Modelo 859
      3.1.2. Caso prático 862
   3.2. Recurso Ordinário de acórdão do TRT 865
      3.2.1. Modelo 865
      3.2.2. Caso prático 868
   3.3. Recurso Ordinário de decisão que julga parcialmente o mérito 870
      3.3.1. Modelo 870
      3.3.2. Caso prático 873

3.4. Recurso Ordinário de sentença normativa 875
3.4.1. Modelo 875
3.4.2. Caso prático 877
3.5. Contrarrazões de recurso ordinário 880
3.5.1. Modelo 880
3.5.2. Caso prático 882
4. Agravo de petição 884
4.1. Agravo de Petição 884
4.1.1. Modelo 884
4.1.2. Caso prático 887
4.2. Contraminuta 890
4.2.1. Modelo 890
4.2.2. Caso prático 892
5. Recurso de revista 895
5.1. Recurso de Revista por divergência jurisprudencial 895
5.1.1. Modelo 895
5.1.2. Caso prático 898
5.2. Recurso de Revista por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal 904
5.2.1. Modelo 904
5.2.2. Caso prático 908
5.3. Contrarrazões 913
5.3.1. Modelo 913
5.3.2. Caso prático 915
6. Embargos ao TST 918
6.1. Embargos Infringentes 918
6.1.1. Modelo 918
6.1.2. Caso prático 921
6.2. Contrarrazões aos Embargos Infringentes 924
6.2.1. Modelo 924
6.2.2. Caso prático 926
6.3. Embargos de Divergência (Embargos à SDI) 929
6.3.1. Modelo 929
6.3.2. Caso prático 932
6.4. Contrarrazões aos Embargos de Divergência 938
6.4.1. Modelo 938
6.4.2. Caso prático 940
7. Recurso adesivo 944
7.1. Recurso Ordinário Adesivo 944
7.1.1. Modelo 944
7.1.2. Caso prático 947
7.2. Agravo de Petição Adesivo 951
7.2.1. Modelo 951
7.3. Recurso de Revista Adesivo 955
7.3.1. Modelo 955
7.4. Embargos ao TST Adesivos 959
7.4.1. Modelo de embargos infringentes adesivos 959
7.4.2. Modelo de embargos de divergência adesivos 962

8. Agravo de instrumento 965
8.1. Agravo de Instrumento 965
8.1.1. Modelo 965
8.1.2. Caso prático 968
8.2. Agravo de Instrumento de juízo de admissibilidade parcial por negativa da prestação jurisdicional (IN nº 40/2016 do TST) 972
8.2.1. Modelo 972
8.2.2. Caso prático 975
8.3. Contraminuta ao Agravo de Instrumento 978
8.3.1. Modelo 978
8.3.2. Caso prático 980
9. Agravo interno 983
9.1. Agravo Interno 983
9.1.1. Modelo 983
9.1.2. Caso prático 985
9.1.3. Agravo de Instrumento com caso de trancamento do Recurso de Revista (IN 40 TST, art. 1º-A). 988
9.1.4. Agravo Interno no caso de trancamento do Recurso de Revista quando o Acórdão recorrido está em conformidade com Precedente vinculante do TST (IN 40 TST, art. 1º-A). 990
9.1.5. Agravo Interno no caso de trancamento do Recurso de Revista quando o Acórdão recorrido não aplicou Precedente vinculante do TST (IN 40 TST, art. 1º-A e art. 1.030, II, CPC). 993
9.2. Contraminuta 996
9.2.1. Modelo 996
9.2.2. Caso prático 998
10. Recurso extraordinário 1001
10.1. Recurso Extraordinário 1001
10.1.1. Modelo 1001
10.1.2. Caso prático 1005
10.2. Contrarrazões 1012
10.2.1. Modelo 1012
10.2.2. Caso prático 1014
11. Recurso de revisão 1017
11.1. Recurso de Revisão 1017
11.1.1. Modelo 1017
11.1.2. Caso prático 1019
11.2. Contrarrazões 1021
11.2.1. Modelo 1021
11.2.2. Caso prático 1023
12. Reclamação correicional 1025
12.1. Reclamação Correicional 1025
12.1.1. Modelo 1025
12.1.2. Caso prático 1027
13. Reclamação 1029
13.1. Reclamação 1029
13.1.1. Modelo 1029
13.1.2. Caso Prático 1031
BIBLIOGRAFIA 1035